



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MINUTA DO EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA UFPB/PU/Nº 001/2013

1. PREÂMBULO

A **Universidade Federal da Paraíba**, através da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária, instituída pela **Portaria UFPB/PU/Nº 027/2013 de 17.04.2013**, torna pública a promoção de **Concorrência Pública** do tipo **maior lance ou oferta do preço mensal, por lote**, para a **PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE LANCHONETE, NO ÂMBITO DO CAMPUS IV – LITORAL NORTE (RIO TINTO E MAMANGUAPE)** a seguir descrita, gerada pelo Processo Administrativo: **23074.010372/2012-48**, mediante as condições estabelecidas no presente Edital.

1.1. O processo licitatório obedecerá ao disposto na **Lei 8666/93** e alterações posteriores, bem como a Lei Complementar **123/2006**, regulamentada pela Legislação vigente.

1.2. O presente Certame tem as seguintes características:

A) MODALIDADE: Concorrência Pública.

B) TIPO DE LICITAÇÃO: **Maior lance ou oferta do preço mensal, por lote.**

C) Local, Data e Horário para recebimento e abertura dos envelopes: Auditório do CCAE, Campus IV, Litoral Norte, Mamanguape – PB, em **17/07/2013**, às **09:30** horas.

D) PRAZOS:

- Validade das Propostas: **60** (Sessenta) dias
- Prazo: O período de vigência contratual será de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido ou prorrogado a critério da **UFPB**, nos termos da **Lei 8.666/1993**.

1.3. O presente Edital, todos os seus anexos e eventuais alterações encontram-se à disposição dos interessados, no site <http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl>.

1.4. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação (Salas 03 e 04) da Prefeitura Universitária, através dos telefones **(083) 3216-7841, 3216-7868**, ou, ainda, através do seguinte correio eletrônico: **cplpu@prefeitura.ufpb.br**.



- 1.5. A Licitante que desejar obter esclarecimentos sobre o Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, enviando-o à CPL, em até 05 (cinco) dias antes da data estabelecida para a apresentação das propostas.

O Presidente da comissão de licitação responderá por escrito às solicitações de esclarecimentos recebidas tempestivamente e publicará as respostas no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl>), sem identificar a origem das solicitações.

2. OBJETO

A presente Licitação tem como objeto a **PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE LANCHONETE, NO ÂMBITO DO CAMPUS IV – LITORAL NORTE (RIO TINTO E MAMANGUAPE)**, em conformidade com o **Termo de Referência** e do presente Edital, conforme descrito a seguir:

LOTE 1: PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA, NO ÂMBITO DO CAMPUS IV – LITORAL NORTE (MAMANGUAPE)

ÁREA DE CONSTRUÇÃO:	73,14 m ²
VALOR BÁSICO MENSAL PARA LOCAÇÃO:	R\$ 300,00
DURAÇÃO DO CONTRATO:	360 dias

LOTE 2: PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE LANCHONETE, NO ÂMBITO DO CAMPUS IV – LITORAL NORTE (RIO TINTO)

ÁREA DE CONSTRUÇÃO:	73,14 m ²
VALOR BÁSICO MENSAL PARA LOCAÇÃO:	R\$ 300,00
DURAÇÃO DO CONTRATO:	360 dias

4. CONTEÚDO

- 4.1. O presente Instrumento Convocatório contém:

- **ANEXO I:** Modelo de **Carta Proposta** (Envelope Nº 2);
- **ANEXO II:** Modelo de **Declaração de Fatos Impeditivos**;
- **ANEXO III:** Modelo de **Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis**

seis anos, conforme Art. 27 – Inc. V da Lei 8.666/1993 e suas posteriores alterações;

- **ANEXO IV:** Modelo de **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, conforme Instrução Normativa Nº 02 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 17/09/2009.
- **ANEXO V:** Modelo de **Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**;
- **ANEXO VI:** **Termo de Referência**;
- **ANEXO VII:** **Minuta do Termo de Permissão de Uso**;

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar desta Licitação pessoas jurídicas, exclusivamente Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempresas (ME), que comprovem sua regularidade fiscal e habilitação jurídica, por meio de documentos e certidões, ou fazendo substituir parcialmente tais documentos de habilitação pelos registros no SICAF. No caso da regularidade fiscal, por se tratar de microempresas e Empresas de Pequeno Porte aplica-se o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta, tenham sido declaradas inidôneas;
 - c) Que estejam reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - d) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º da Lei 8.666/1993.
 - e) Estrangeiras que não funcionem no País.

6. DA VISTORIA

- 6.1. A visita ao local é de interesse e responsabilidade exclusiva da empresa licitante, que deverá realizar a vistoria prévia ao QUIOSQUE onde os serviços serão realizados e examinar as especificidades do espaço físico para instalação, tomando conhecimento de todos os detalhes e par-

ticalaridades que julgar conveniente, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades no uso do objeto desta Licitação.

- 6.2. A vistoria deverá ser efetuada pelas Licitantes, através de seus responsáveis ou prepostos, responsabilizando-se pelo deslocamento e demais despesas para consecução do ato, devendo ser realizada nos dias de expediente nas respectivas localidades descritas no presente Edital.
- 6.3. Eventuais dúvidas com relação aos locais onde serão desenvolvidas as atividades objeto da presente Licitação deverão ser totalmente dirimidas por ocasião de tais vistorias, não sendo permitidos questionamentos e/ou alegações de desconhecimento posteriores a data marcada para o procedimento licitatório.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 7.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Legislação pertinente, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. (§ 1º do Art. 41 da 8.666/1993).
- 7.2. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES

- 8.1. No dia, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, deverão ser entregues as credenciais dos representantes das Licitantes, os envelopes **Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO** e **Nº 02 – PROPOSTA** à Comissão Permanente de Licitação.
- 8.2. Após o Presidente da CPL/PU declarar encerrada a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma Licitante retardatária, tampouco serão permitidos adendos ou esclarecimentos sobre as propostas ou documentos em geral, exceto se de interesse da Comissão, e de acordo com o preceituado no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

9. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Os trabalhos da Comissão, na reunião de abertura, obedecerão aos trâmites abaixo estabelecidos:

9.1. Credenciamento dos participantes;

9.1.1. No local, dia e hora previstos no preâmbulo do presente Edital, a Comissão receberá os envelopes contendo a documentação (**Envelope n.º 1**) e recolherá os envelopes com as propostas (**Envelope n.º 2**).

9.1.2. Após o Presidente da CPL/PU declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, com os documentos de habilitação e com as propostas, nenhum outro poderá ser recebido.

9.2. Documentos consultados pela Comissão Permanente de Licitação:

9.2.1. Consulta on-line do Cadastro dos participantes junto ao SICAF e abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação os quais serão abertos ante os representantes das Licitantes. Caso a empresa licitante não tenha cadastro no SICAF ou esteja com alguma **certidão fiscal** vencida no Sistema, deverá apresentar a certidão válida no envelope de habilitação, exceto as empresas enquadradas como ME/EPP, às quais será concedido o prazo de 24 horas para apresentar a certidão atualizada, de acordo com a Lei Complementar 123/2006.

9.2.2. Será realizada a consulta da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.2.3. Imediatamente após a fase de habilitação, a CPL designará nova data e horário para abertura dos **Envelopes Nº 2**, nunca antes de decorridos **5 (cinco) dias úteis** posteriores ao da data de abertura dos envelopes de habilitação.

9.2.4. Os envelopes de propostas das empresas habilitadas poderão ser abertos na mesma data da Habilitação Jurídica, **desde que haja renúncia expressa ao direito de interpor recurso por parte de todas as Licitantes**, na forma de documento próprio para esse fim, assinado pelos respectivos Credenciados e devidamente registrada em ata.

- 9.2.5. Na segunda fase do Certame, a Comissão Permanente de Licitação da PU/UFPB **desclassificará** as propostas que contrariarem o presente Edital.
- 9.2.6. Caso todas as Licitantes sejam inabilitadas ou todas as propostas sejam desclassificadas, a CPL/PU poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem nova documentação de habilitação jurídica ou de propostas, escoimadas das causas que determinaram à inabilitação ou a desclassificação.
- 9.2.7. Poderão ser relevados erros ou omissões formais, desde que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas, a critério exclusivo da CPL/PU.
- 9.2.8. Será lavrada ata circunstanciada da reunião, onde constarão todas as ocorrências, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelas Licitantes que participarem da reunião.
- 9.2.9. O Presidente da CPL/PU poderá, caso julgue necessário, suspender a sessão para avaliação da documentação ou das propostas de preços, assim como para realização das diligências que se façam necessárias, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

10. DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

- 10.1. Para participação no certame, a licitante deve apresentar sua documentação e proposta em envelopes distintos e lacrados.
- 10.2. Nos envelopes supracitados, deverá constar a documentação exigida em folhas numeradas, preferencialmente na ordem em que são solicitadas, em seus originais ou em cópias autenticadas.
- 10.3. As Licitantes poderão ser representadas por seus prepostos ou representantes legais, devidamente identificados e credenciados, mediante documento que o habilite a representá-la na presente CONCORRÊNCIA. Somente os representantes credenciados serão autorizados a intervir no procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representante.

- 10.4. Entender-se-á por documento hábil de comprovação para representação, instrumento público ou particular de procuração com poderes específicos para o presente certame ou para participar de licitações, em qualquer modalidade, inclusive poderes para renunciar expressamente a prazos recursais e desistir de recurso eventualmente interposto.
- 10.5. Caso a Licitante seja representada por seu titular, este deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la, permitindo-se para essa finalidade a impressão do relatório SICAF, que será anexado ao processo.
- 10.6. Documentos originais eventualmente apresentados farão parte definitiva do processo e não serão devolvidos em nenhuma hipótese.

11. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 11.1. Será observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 11.2. O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo.
- 11.3. As licitantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa (ME), ou empresa de pequeno porte (EPP), e que não possuem quaisquer dos impedimentos do §4º do art. 3º da Lei nº 123/2006, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007).

12. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 12.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos solicitados deverão ser apresentados. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ. Exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

- 12.1.1. Habilitação jurídica.
- 12.1.2. Regularidade fiscal.
- 12.2. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão comprovar seu enquadramento em um dos dois regimes, caso desejem se utilizar e beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (arts 43 a 45) e Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.
- 12.3. A referida comprovação **será realizada através da Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial (Registro de Empresas Mercantis), no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou junto Credenciamento no SICAF, ou, ainda por meio de Declaração emitida pela Delegacia da Receita Federal no domicílio da Licitante.
- 12.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação na presente CONCORRÊNCIA, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade **fiscal**, será assegurado o prazo de 24 horas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 43 § 1º Lei Complementar 123/2006).
- 12.6. A não regularização da documentação, no prazo determinado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Termo de Permissão de Uso, ou revogar a licitação.
- 12.7. **Deverão ser anexadas as seguintes declarações:**
- 12.7.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme estabelecido pela** Lei nº 12.440, de 7

de Julho de 2011. **O prazo de validade da CNDT é de 180 (Cento e Oitenta) dias, contados da data de sua emissão.** Tal documento poderá ser obtido em: www.tst.gov.br/certidao.

- 12.7.2. Declaração formal de que o licitante se obriga expressa e imediatamente a acusar a superveniência de quaisquer fatos que sejam ou possam vir a ser impeditivos da habilitação, conforme **Anexo II**.
- 12.7.3. Declaração formal que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (Quatorze) anos, conforme Lei nº 9.854/1999. (**Anexo III**).
- 12.7.4. Declaração de Elaboração Independente de proposta, conforme modelo do **Anexo IV**.
- 12.8. A não apresentação de qualquer uma documentação constante dos subitens 12.7.1 a 12.7.4 implicará na inabilitação da licitante.
- 12.9. A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado com o título:

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p> <p>CAMPUS IV (LITORAL NORTE)</p> <p>(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, COM CNPJ)</p> <p>CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013</p> <p>ABERTURA DIA ____/____/2013 às 09:30h</p> <p>ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO JURÍDICA</p>

13. DA PROPOSTA

- 13.1. A proposta será apresentada em 01 (uma) via, assinada pelo Representante Legal da licitante e rubricada em todas as páginas.

- 13.2. A proposta será entregue em 01(um) envelope lacrado, para cada lote que a Licitante deseje participar. **Não serão aceitas propostas para os dois lotes em um só envelope.**
- 13.3. A Proposta deverá ser apresentada em um envelope lacrado, PARA CADA LOTE que deseje participar, com o título:

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p> <p>CAMPUS IV (LITORAL NORTE)</p> <p>(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, COM CNPJ)</p> <p>CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013</p> <p>ABERTURA DIA ____/____/2013 às 09:30h</p> <p>ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA</p> <p>LOTE Nº _____</p>
--

OBS. – Preparar UM ENVELOPE Nº 02 para cada Lote do qual a Licitante deseje participar

- 13.4. A Carta-Proposta conterá:
- 13.4.1. Declaração expressa de que conste o preço mensal a ser pago pela licitante. Este valor será observado, para fins de julgamento, com base na data da apresentação da proposta, conforme modelo no **Anexo I**.
- 13.4.2. Declaração de que a licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e da contratação.
- 13.4.3. O valor mínimo da proposta deverá ser de **R\$ 300,00 (Trezentos Reais), mensais, para cada Lote**. Não será aceita proposta com preço inferior ao valor estimado pela Instituição.
- 13.4.4. A licitante não poderá apresentar mais de uma proposta para um determinado Lote.
- 13.4.5. A licitante deverá fazer constar na sua Carta-Proposta que está de acordo com todas as cláusulas do edital, de todos os seus anexos e com o Termo de Permissão de Uso.

- 13.4.6. Serão desclassificadas, também, as propostas que estiverem em desacordo com o art. 48 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.
- 13.4.7. A classificação das propostas qualificadas será em ordem decrescente, a partir da de maior preço, assim considerado o preço mensal.
- 13.4.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1. Aos atos praticados pela CPL/PU cabem recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 14.2. Os recursos contra a decisão de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo. Nas hipóteses de recursos contra outros atos praticados pela Entidade de Licitação, caberá à autoridade competente, atribuir eficácia suspensiva ao recurso interposto, motivadamente e presentes razões de interesse público.
- 14.3. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas permanecerão cerrados em invólucro que será rubricado por todos os presentes na reunião, para posterior abertura, em data que será fixada pela Comissão Permanente de Licitação, o que fará constar em ata.
- 14.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da CPL/PU, protocolados no prazo legal na Prefeitura Universitária – Campus I da UFPB. Caberá ao Presidente da CPL/PU acatar ou não o recurso, reconsiderar a decisão do Certame ou encaminhar o recurso à Administração, devidamente informado.
- 14.5. Após decidir sobre os recursos eventualmente interpostos, e uma vez esgotado o prazo legal, o processo de Licitação será submetido ao Prefeito Universitário do Campus de João Pessoa, para que se proceda à devida homologação e conseqüente adjudicação.

15. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO

- 15.1. Procedida à homologação, pela autoridade competente, da adjudicação proferida pela Presidente da Comissão, a empresa adjudicatária, após convocação por escrito e protocolizada, deverá comparecer ao gabinete do Prefeito Universitário, no Campus I, João Pessoa/PB, em data a ser definida, para assinatura do respectivo Termo de Permissão de Uso.
- 15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, a critério da UFPB.
- 15.3. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o Termo de Permissão de Uso, no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 15.4. Expirado o prazo fixado pela convocação da primeira adjudicatária, sem o seu comparecimento, a UFPB poderá convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo, podendo, a seu exclusivo critério, revogar o presente Certame.
- 15.5. Ocorrendo a hipótese contemplada no item anterior, serão sucessivamente convocados os demais classificados, o qual será efetuado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 15.6. As proponentes convocadas na hipótese prevista no item anterior não ficarão sujeitas a penalidades, em caso de não aceitação das condições do Termo de Permissão de Uso.
- 15.7. A Permissionária se obriga a dar início ao funcionamento da LANCHONETE em um prazo máximo de 07 (sete) dias após assinatura do Termo de Permissão de Uso. Decorrido este prazo e a Permissionária não iniciar suas atividades, o mesmo será considerado como desistente.
- 15.8. Ocorrendo a hipótese do não atendimento do item anterior, a Proponente/Permissionária ficará sujeita às sanções previstas neste Edital, no item "DAS PENALIDADES", aplicáveis isolada ou conjuntamente.

- 15.9. A permissão regular-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições deste Edital e demais normas aplicáveis à hipótese.
- 15.10. A permissão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do respectivo Termo, por iguais períodos e a critério da Administração, podendo ser prorrogada até no máximo 60 meses nos termos da lei do Art. 57 da Lei 8.666/1993.
- 15.11. Findo o prazo estabelecido, a permissão será extinta, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, cabendo ao permissionário desocupar e entregar o imóvel no prazo de 60 (sessenta) dias, nas mesmas condições recebidas.

16. DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A Fiscalização das condições estabelecidas para a outorga de permissão de uso será exercida por um servidor designado pelo Prefeito Universitário, cumprindo ao permissionário acatar as determinações que lhe forem dirigidas expressamente, desde que as mesmas não vulnerem as cláusulas e condições da Permissão.

17. DOS PAGAMENTOS

- 17.1. A permissionária deverá recolher em Conta da União através de GRU – Guia de Recolhimento da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a contrapartida apurada. A guia de recolhimento deverá ser solicitada no Setor Contábil da Prefeitura Universitária, no Campus I João Pessoa, com a devida antecedência. Nessa GRU constará o valor do Termo de Permissão de Uso.

18. DAS PENALIDADES

- 18.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.
- 18.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes sanções:

- 18.2.1. Advertência por escrito;
- 18.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal da concessão administrativa de uso, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o máximo de 15 (quinze) dias, quando então incidirão nas demais cominações previstas nos itens subseqüentes;
- 18.2.3. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida (Lei 8.666/1993);
- 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

Esta sanção é da competência do Ministro da Educação, facultada a defesa da licitante vencedora, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista. As demais penalidades poderão ser aplicadas diretamente pela UFPB.
- 18.2.5. Estará sujeita à multa a licitante vencedora que, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração, deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida.
- 18.2.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.2.7. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 18.2.8. As multas e outras penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovadas, a critério do Prefeito Universitário.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Fica assegurado à CPL/PU, sem que caiba às Licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o direito de:
- 19.1.1. Adiar a data de abertura das propostas da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, por meio dos recursos disponíveis (Quadro de Aviso, site da CPL/PU, D.O.U.) com a devida antecedência.
 - 19.1.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente CONCORRÊNCIA, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato impeditivo devidamente comprovado, dando ciência aos interessados mediante carta registrada;
 - 19.1.3. Alterar as condições deste Edital, do Termo de Referência ou qualquer documento pertinente a esta CONCORRÊNCIA, fixando novo prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.
- 19.2. Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará as aplicação das penalidades contratuais.
- 19.3. Caso a Permissionária se recuse a executar os serviços propostos ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Prefeitura Universitária poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o Termo de Permissão de Uso e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação, observadas as cláusulas deste Edital.
- 19.4. A participação nesta CONCORRÊNCIA implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.
- 19.5. Qualquer outro esclarecimento julgado necessário, será prestado pela CPL/PU do Campus I da UFPB – João Pessoa (PB), conforme estabelecido neste Edital.



20. DO FORO

- 20.1. Por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal e do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/1993, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução desta licitação é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa – PB.

João Pessoa, 27 de Maio de 2013.

Prof. Sérgio Fernandes Alonso
PREFEITO UNIVERSITÁRIO